

Diplomacia em Defesa do Mar

Brasil reforça posição na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos



Foto: site institucional da ISA

A crescente demanda por minerais críticos e estratégicos, fundamentais para novas tecnologias e para a transição energética, tem intensificado a corrida global pela exploração de recursos marinhos em áreas além da jurisdição nacional, conhecidas como “Área”. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o fundo oceânico e seus recursos pertencem ao patrimônio comum da humanidade, cabendo à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês) regular e coordenar as atividades de exploração e exploração desses bens. Atualmente, já existem 31 contratos firmados com diferentes países membros para a exploração de minerais marinhos. Apesar de não integrar a ISA, os Estados Unidos da América emitiram recentemente uma ordem executiva que lhes permite conceder licenças de mineração em águas internacionais, à margem do arcabouço le-

gal estabelecido pela Autoridade. Esse movimento gerou forte preocupação internacional e aumentou a pressão sobre os trabalhos em andamento na ISA.

Entre 7 e 18 de julho de 2025, o Brasil participou da 30ª Reunião do Conselho da ISA, realizada em Kingston, na Jamaica, representado por uma delegação composta por membros do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. O encontro deu continuidade às negociações para elaboração do Código de Exploração, iniciado em 2012 e considerado de alta prioridade, especialmente diante das recentes iniciativas de mineração fora da regulamentação da Autoridade.

Durante os 15 dias de reunião, o Conselho avançou na segunda leitura do Texto Consolidado Revisado do Código, embora muitos pontos de diver-

gência ainda persistam e não haja previsão para sua finalização. Apesar de não constar formalmente da pauta, a decisão dos EUA foi amplamente debatida, sendo criticada pelos Estados membros, que reforçaram a posição de que a exploração dos recursos da Área deve ocorrer exclusivamente dentro do marco legal definido pela ISA, em respeito ao princípio do patrimônio comum da humanidade.

Antes da reunião do Conselho, entre 23 de junho e 4 de julho, foi realizada a sessão da Comissão Jurídica e Técnica (CJT), que contou com a presença de 30 dos 41 peritos eleitos, incluindo o representante brasileiro. Entre os principais temas tratados estiveram os relatórios sobre os contratos em vigor, os pedidos de prorrogação, a análise de declarações de impacto ambiental apresentadas pelos contratantes e as atividades regulatórias em andamento pela Autoridade.



Foto: site institucional da ISA

Representantes da 30ª reunião do Conselho da ISA.